

## SOBRE O ARTIGO «O 25 DE ABRIL E O MOVIMENTO NA MARINHA»

### NOTA DA COMISSÃO DE REDACÇÃO

A Comissão de Redacção dos Anais do Clube Militar Naval solicitou ao Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra ECN Martins Guerreiro a elaboração de um pequeno artigo alusivo ao 20.º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Anuindo a essa solicitação, o referido consócio redigiu o artigo «O 25 de Abril e o Movimento na Marinha», que foi publicado no volume CXXIV, de JAN/MAR de 1994.

O Sr. Capitão-de-Fragata Ref. Seixas Louçã, sentindo-se «indirectamente visado enquanto comandante do N.R.P. "Almirante Gago Coutinho" naquela data», enviou à Comissão de Redacção uma carta solicitando a publicação de um texto «com o qual pretende repor a verdade histórica e esclarecer algumas informações inexactas». Este texto menciona pessoas que nele se podem considerar visadas, directa ou indirectamente.

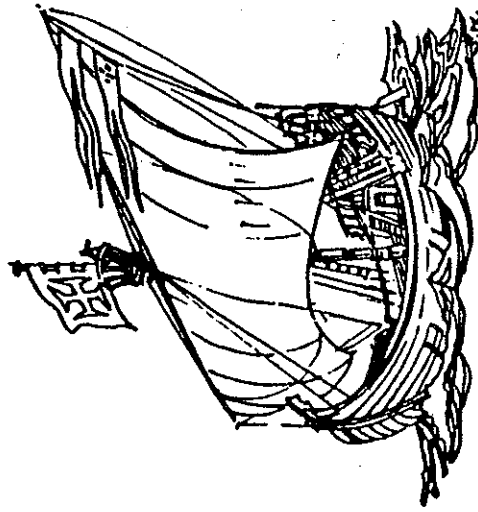
A Comissão de Redacção decidiu:

1. Publicar o texto do Sr. Capitão-de-Fragata Ref. Seixas Louçã;
2. Enviar cópia do texto às pessoas que nele se podem considerar visadas, solicitando-lhes, se assim o entendessem, uma resposta para ser publicada no mesmo número dos Anais.

Foram recebidos, para publicação, textos do Sr. Almirante Ref. Rosa Coutinho, do Sr. Almirante Res. Vítor Crespo e do Sr. Capitão-de-Fragata Res. Ferreira dos Santos, este em nome da quase totalidade dos oficiais que então serviam a bordo do navio, em número de oito (exceptuando apenas um que faleceu, outro que se encontra em Londres e um terceiro em parte desconhecida).

A ordem de publicação dos textos corresponde à da recepção na Comissão de Redacção.

A Comissão de Redacção considera este assunto encerrado, pelo que não voltará a publicar textos com ele relacionados.



## A FRAGATA «ALMIRANTE GAGO COUTINHO» NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974

ANTÓNIO SEIXAS LOUÇÁ  
Capitão-de-fragata Ref.

Só recentemente li o artigo «O 25 de Abril e o Movimento na Marinha» do capitão-mar-e-guerra ECN Martins Guerreiro, publicado no vol. CXXIV, de Janeiro a Março de 1994, dos Anais do Clube Militar Naval, no qual é feita uma referência ao ocorrido a bordo da fragata «Almirante Gago Coutinho», no dia 25 de Abril de 1974, que passo a transcrever:

«É igualmente pela mesma razão que o imediato e os restantes oficiais da fragata "Gago Coutinho" evitam que o navio faça fogo sobre os tanques de Salgueiro Maia no Terreiro do Paço.»

O eng. Martins Guerreiro apresenta a actuação da fragata «Almirante Gago Coutinho», na esteira de afirmações do mesmo teor do almirante Vítor Crespo (como na revista «25 de Abril, memórias», editada pela Agência Lusa no dia 25.04.94, a pág. 45).

A versão reproduzida não corresponde ao que se passou e, por respeito à verdade histórica, impõe-se a sua correcção.

1. Contrariamente ao que se afirma, nem o imediato nem os restantes oficiais da fragata evitaram que a fragata «Gago Coutinho» fizesse fogo sobre os tanques (ou quaisquer outras forças), pois nunca a fragata esteve para fazer tal fogo.

Isto mesmo ficou esclarecido e provado no Auto de Averiguações levantado em 1976, a instâncias minhas — na qualidade de comandante da fragata no dia 25 de Abril de 1974 — e de que foi oficial averiguante o almirante Santos e Silva.

Desse Auto constam, entre outros factos assentes, os que passo a apresentar:

— A fragata «Almirante Gago Coutinho», no dia 25 de Abril de 1974, actuou sempre sobre as ordens do seu Comandante.

— A fragata nunca esteve para fazer fogo para o Terreiro do Paço, o Comandante não mandou tocar a postos de combate, nem as peças estiveram guarnecidas ou carregadas.

— Por ordem do Comandante, as peças foram imobilizadas em elevação máxima, desde o princípio da manhã até ao fim do dia.

— O Comandante defendeu sempre, da forma mais adequada, o navio e a sua guarnição.

2. Sabe-se hoje que no dia 25 de Abril de 1974, o Comando do MFA na Poninha se assustou com o aparecimento inesperado da fragata, frente ao Terreiro do Paço, pois ignorava qual poderia ser a actuação do navio e não se apercebeu de imediato da imobilização das peças e do seu significado em máxima elevação, decidido assim para que as forças em terra não se sentissem ameaçadas (posição esta visível na fotografia que ilustra o artigo citado).

3. O próprio almirante Rosa Coutinho, — que nesse mesmo dia integrou a Junta de Salvação Nacional — em depoimento depositado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, refere, a págs. 6 e 7:

«O aparecimento inesperado da fragata frente ao Terreiro do Paço, lança a consternação entre as forças militares que ocupam a praça (...). Não houve qualquer acção beligerante, nem sequer tentativa de acção. Mas o susto ficou. Esse susto vai acabar por custar caro ao Comandante Louçá!»

No mesmo depoimento, a pág. 1, escreve ainda o almirante Rosa Coutinho:

«Este incidente foi talvez para mim próprio o mais desagradável, não só por envolver o Comandante Louçá a quem me ligavam fortes laços de amizade e camaradagem, aliados a uma grande consideração como homem, como marinheiro e como militar mas também porque a situação em que se viu envolvido, ter resultado indirectamente da indisponibilidade do navio que eu próprio comandava, a fragata «Almirante Pereira da Silva». Na realidade, se o meu navio não estivesse imobilizado...

zado no Alfeite (...) deveria ser ele, e não a «Gago Coutinho», que na manhã do dia 25 de Abril estaria a sair para o mar (...). E se assim tivesse sucedido, e fosse objecto das mesmas solicitações, como teria reagido? (...) Em verdadeira consciência não tenho resposta.»

4. O capitão-tenente Crespo, em resultado das preocupações já referidas e dada a sua particular responsabilidade na falta de previsão da situação surgida (havia semanas que se sabia que a fragata ia ser integrada em exercícios internacionais e estaria no Tejo, entre Cacilhas e o Terreiro do Paço, pelas 0730 daquela manhã) procura, só então, resolver o problema e, algum tempo depois, é transmitida para bordo uma «ordem» para que o navio baixe as peças e saia a Barra, acompanhada da ameaça de que as peças do Forte de Almada e as instalações no Cristo-Rei e no Terreiro do Paço apontavam para a fragata.

5. Tal «ordem» e tal ameaça foram-me comunicadas, sem identificação pessoal do seu responsável, apesar de eu ter vivamente insisto em procurar saber de quem se tratava, pois isso poderia ser, para mim (cuja oposição ao regime político vigente era conhecida), um indicio dos propósitos do Movimento, que eu ignorava.

6. O navio continuou a movimentar-se, numa vasta zona do rio frente ao Terreiro do Paço, como forma de garantir a sua segurança no caso de vir a ser alvejado, com as peças imobilizadas em máxima elevação e desguarnecidas.

A intervenção do capitão-tenente Crespo — ou de alguém por ele — não teve pois qualquer efeito nas decisões do Comandante do navio que se recusou a cumprir a única «ordem» que lhe foi transmitida: «baixar as peças e sair a Barra».

7. Volto a insistir que no dia 25 de Abril de 1974, a fragata «Almirante Gago Coutinho» actuou sempre sob as ordens do seu Comandante. Ao contrário do que se deduz do texto inserido nos «Anais» o navio nunca esteve para fazer fogo sobre o Terreiro do Paço, não sendo verdade que o imediato e os oficiais o tivessem evitado. É pois inaceitável que se apresente uma versão diferente do que se passou, a criar um protagonismo que não existiu.

A verdade é que a única intervenção operacional relevante da Mariinha foi a ocupação das instalações da PIDE/DGS, que, aliás, é mencionada pelo articulista.

8. Não devo deixar de referir aqui a intervenção do sargento de Comunicações Joaquim Augusto Marques que fez com que chegasse ao Posto de Comando da Pontinha a informação de que a fragata não faria fogo contra o Terreiro do Paço.

Isto — segundo o mesmo sargento, em declarações prestadas em 1977 — porque o imediato do navio, interpelado em fonia, na cabina de T.S.F., por alguém, que se disse oficial do Movimento, sobre se o navio «estava com o Movimento ou contra ele», acabou por responder o que o sargento Marques, vendo-o sem reacção, o pressionou para responder: «que o navio não abriria fogo».

Tal resposta bastou para tranquilizar o capitão-tenente Crespo e o Posto de Comando da Pontinha que pôde prosseguir as operações.

9. O sargento Marques conhecia bem o Comandante da fragata, havia mais de vinte anos, e esse conhecimento, aliado ao que ia observando a bordo, levou-o à firme convicção de que o Comandante, quaisquer que fossem as ordens que viesse a receber, nunca cometera a acção criminosa de mandar fazer fogo sobre o Terreiro do Paço e sobre a multidão que ocupava as ruas adjacentes, em manifestações entusiásticas, como se podia observar perfeitamente do navio.

10. São actuações como a deste sargento, motivadas por circunstâncias ocasionais, que contribuem decisivamente, por vezes, para a resolução de pequenos/grandes mal-entendidos.

## O 25 DE ABRIL E O INCIDENTE DA FRAGATA «A. GAGO COUTINHO»

ROSA COUTINHO  
Almirante Ref.

*(Depoimento prestado em Dezembro de 1991.)*

O levantamento das Forças Armadas, liderado pelo chamado «Movimento dos Capitães», em 25 de Abril de 1974, deu necessariamente origem a vários incidentes, um dos quais envolveu a fragata «Almirante Gago Coutinho», na época comandada pelo capitão-de-fragata António Seixas Louçã.

Este incidente foi talvez para mim próprio o mais desagradável, não só por envolver o Comandante Louçã, a quem me ligavam fortes laços de amizade e camaradagem, aliados a uma grande consideração pelas suas qualidades como homem, como marinheiro e como militar, mas também porque a situação em que se viu envolvido, ter resultado indirectamente da indisponibilidade do navio que eu próprio comandava, a fragata «Almirante Pereira da Silva». Na realidade, se o meu navio não estivesse imobilizado no Alfeite, sujeito a um processo de reparações aceleradas a cargo do Arsenal, deveria ser ele, e não a Gago Coutinho, que na manhã do dia 25 de Abril estaria a sair para o mar, incorporado na força naval conjunta, de vários países de NATO, que durante os dias anteriores tinha permanecido, em visita prolongada, no porto de Lisboa. E se assim tivesse sucedido, e fosse objecto das mesmas solicitações, como teria reagido? De que informações poderia ter disposto para tomar a gravíssima decisão de ignorar ou desobedecer às ordens e instruções que lhe foram transmitidas pela cadeia hierárquica de Comando? Em verdadeira consciência não tenho resposta. Mas lamento sinceramente a infelicidade das circunstâncias que levaram o Comandante Louçã a ser tomado como bode expiatório, perante certa opinião pública e militar.

Detalhamos porém um pouco mais os antecedentes. Quando em fins do ano de 1972 regresssei de uma longa comissão de mais de oito anos em Mocimboa do Castelo, entreguei o comando da fragata «Almi-

rante Pereira da Silva», que ia entrar numa época de profundas reparações no Arsenal do Alfeite e numa quase completa remodelação da tripulação, com vista a ser incorporada na Primavera de 1974 na força internacional permanente conhecida pelo nome de STANAVFORLANT que durante todo o ano, e dispendo de navios das várias marinhas da NATO, em rotação, efectuava exercícios em toda a área do Atlântico Norte e Mediterrâneo Ocidental, intervaladas com visitas de cortesia, com fins políticos, aos principais portos e bases navais dos países aliados.

A minha fragata, juntamente com os navios irmãos «Almirante Gago Coutinho» e «Almirante Magalhães Correia» eram escoltas da classe «Dealey» (americana) construídos em Portugal, ao abrigo de um acordo com os Estados Unidos, e embora o seu equipamento e capacidade já estivessem para a época um pouco ultrapassados (o planeamento das «Dealey» datava dos anos 50) constituíam mesmo assim excelentes navios, com boa capacidade para a luta anti-submarina e razoável capacidade antiaérea. Eram assim, embora com limitações, o melhor que a Armada Portuguesa possuía neste campo e daí que todos os anos uma delas fosse atribuída, durante quatro ou cinco meses à STANAVFORLANT.

Durante quase todo o ano de 1973 a «Pereira da Silva» sofreu um longo e doloroso processo de reparações no Arsenal do Alfeite (já nessa altura o problema de sobressalentes era um quebra-cabeças) até que finalmente, no fim do ano, iniciou as provas de mar e o treino e aprontamento da sua guarnição, participando em pequenas manobras nacionais e internacionais. Tive nessa altura ocasião de apreciar o comportamento da fragata «Gago Coutinho» comandada pelo Com.º Louçã e constatar o seu excelente nível de operacionalidade. E de estreitar com ele excelentes relações de amizade e de camaradagem.

O capitão-de-fragata António Louçã era um óptimo comandante, rigoroso e exigente para com os outros e para consigo próprio, respeitado por toda a guarnição e mantendo o navio num alto nível de disciplina e eficiência. Politicamente era um democrata e republicano da velha guarda, nada afecto ao regime do Estado Novo, e com excelentes relações com os democratas mais velhos, que é preciso que se diga, constituíam o sector mais conhecido e prestigiado da Marinha.

Se alguma coisa pode ser objecto de reparo, seria o seu relativo distanciamento em relação aos oficiais. Mas cada um tem o seu estilo de comando e há inevitavelmente sempre um conflito de gerações entre o Comandante e os seus oficiais. De uma maneira geral esse conflito é atenuado pela existência de um Oficial Imediato, de idade e posto intermédios, que acaba por ser uma espécie de «pião das nicas», e que, disfrutando simultaneamente a confiança do comandante e dos oficiais, contribui para atenuar as diferenças de concepção e de comportamento existentes. Ora no caso da «Gago Coutinho», o Imediato que era de resto um excelente oficial, era na época apenas Primeiro-Tenente (e não um Capitão-Tenente como a lotação do navio determinava) e portanto geracionalmente mais próximo dos oficiais, do que do comandante. Terá isso contribuído, juntamente com o comportamento distante do Comandante Louçã, para que no momento crítico da tomada de decisões na manhã do 25 de Abril, ele não dispusesse do mínimo de informações sobre o que se estava a passar a nível nacional? Considero-o altamente provável!

Terminado o adestramento do navio e sua guarnição, a fragata «A. Pereira da Silva» partiu em fins de Fevereiro de 1974 para Inglaterra, mais propriamente para a Escócia, a fim de tomar parte num vasto exercício internacional nos mares do Norte. O exercício, que envolveu grande número de forças navais e aéreas, incluindo um porta-aviões, decorreu muito bem e o navio e sua guarnição comportaram-se excelentemente. Mas nos dois últimos dias fomos apanhados por um forte temporal ao largo da Escócia («gale» força 10) e embora a fragata tivesse mais uma vez demonstrado as suas excelentes qualidades náuticas (navios mais possantes foram obrigados a abandonar ou reduzir a sua participação) sofreu algumas pequenas avarias especialmente nos equipamentos montados no mastro e devidas à violenta surriada de mar, que acabaram por obrigar o navio a entrar em reparações aceleradas após a sua chegada a Lisboa.

Apesar da ausência ter sido curta (menos de um mês) viemos encontrar um país diferente. Portugal e o Futuro tinha sido publicado e, em consequência, os Generais Costa Gomes e Spínola (heróis nacionais condecorados com a Torre e Espada) passaram à Reserva. Organizou-se a manifestação de desagravo dos oficiais gerais perante Mar-

celo Caetano que ficou conhecido dentro das Forças Armadas como o «beija-mão». Produziu-se o levantamento das Caldas que, apesar da organização precipitada e consequente insucesso, veio a demonstrar a impotência e desagregação do regime e da sinistra PIDE/DGS. As Forças Armadas, principalmente a nível dos oficiais mais jovens estavam efervescentes e disso me davam conta os meus oficiais, alguns dos quais, vim a saber mais tarde, pertenciam ao Movimento. Teriam feito o mesmo os oficiais da «Gago Coutinho»? Em face do distanciamento e dificuldade de relações que julgo ter existido, sinceramente duvido!

E foi nessa altura que o Estado-Maior da Armada, perante a visita da força naval estrangeira, há muito tempo com datas de entrada e saídas planeadas, e com exercícios e manobras navais previstas para depois da largada, e que se deveriam estender até à chegada ao Estreito de Gibraltar, decidiu substituir a participação programada da fragata «Pereira da Silva», imobilizada por reparações urgentes, no Alfeite, pela «Gago Coutinho». Esse navio estava operacional e bem comandado e a escolha era óbvia.

Quanto a mim, com o navio temporariamente fora de serviço, fiquei reservado o papel de contacto, em nome do Comando Naval do Continente, com o Comando e navios da Força Internacional e colaboração com o Comberlant, o que cumprí sem dificuldades.

Mas os acontecimentos precipitavam-se. Quatro ou cinco dias antes do 25 de Abril, fui procurado à noite em minha casa, pelo Comandante Vítor Crespo que me comunicou que estava eminente o levantamento das Forças Armadas para derrubar o regime e pôr fim à Guerra Colonial. Deu-me a ler o Programa do Movimento e o Protocolo Adicional e convidou-me para, juntamente com o então Comandante Pinheiro de Azevedo, representar a Marinha na futura Junta de Salvação Nacional. Aderi imediatamente, embora calculando o risco que corria e ele comunicou-me que a data do levantamento ainda não estava marcada mas seria para breve e que eu seria avisado.

No próprio dia 24 fui novamente contactado pelo Com.º Crespo que me informou do planeamento do levantamento para essa noite, e me informou das senhas a transmitir pela radiodifusão no caso de tudo se concretizar, e me perguntou o que contava fazer. Depois de me oferecer para tomar parte mais activa, o que ele não considerou conve-

niente, por toda a organização já estar montada, disse-lhe que estava escalado para chefiar o quarto da noite no Comberlant em preparação para a saída da Esquadra Internacional no dia seguinte. Ele concordou que era o melhor. E foi assim que eu passei a noite de 24 para 25 no «bunker» do Comberlant, inutilmente tentado a tomar conhecimento da provável localização de submarinos hostis na costa de Portugal. Quando às oito da manhã dei o quarto por terminado e regresssei a casa, já tudo estava lançado.

Relatei estes acontecimentos com um certo pormenor porque sei que o Comandante Louçã ficou de certo modo ressentido por eu, comandante do navio irmão e amigo pessoal, não o ter prevenido do que se ia passar, dando-lhe assim a informação de que desesperadamente necessitava no momento crítico. Mas julgo já ter dissipado as suas possíveis dúvidas. Primeiro porque considereei as informações do Com.º Crespo como estritamente secretas e delas não falei a ninguém, nem à minha própria mulher. E elas não incluíam a data do levantamento. Quanto às segundas, prestadas no próprio dia, eu só tive a certeza da operação estar em marcha quando ouvi o «E depois do Adeus» na Rádio Renascença quando estava de partida para o Comberlant. De resto, não tendo conhecimento do plano de operações, nunca poderia imaginar que a fragata «Gago Coutinho», que na manhã do 25 de Abril deveria estar no mar em exercícios com a Stanavforlant, pudesse vir a ser envolvida em qualquer incidente, que só poderiam produzir-se a nível terrestre.

Por isto, e perante o conhecimento indirecto que tenho dos factos, é-me possível imaginar a situação dramática que se viveu na ponte da fragata «Gago Coutinho» a partir das 07.30 da manhã do dia 25 de Abril.

À cabeça de uma das colunas em que se dividiu a numerosa Força Naval, o navio descia o Tejo, perante a cidade a despertar para um dia que prometia simplesmente ser igual aos outros. O Comandante dava as suas ordens com a experiência de uma longa prática e na perspectiva de um dia de exercícios que seria naturalmente cansativo mas que, com a confiança que tinha em si, no navio e na sua guarnição iria naturalmente correr bem. Possivelmente, no Centro de Comunicações, oficiais ligados ao Movimento iam acompanhando tanto quanto possível e em comunicação directa com o Q.G. do levantamento, instalado no

Regimento de Engenharia da Pontinha, o desenrolar das operações. Mais meia hora de navegação, passada a Barra, e tudo teria corrido sem preocupações.

De repente, já com o navio a passar sob a Ponte, e através do interlocuidor VHF portuário, instalado na ponte de navegação o Comandante é chamado com urgência ao microfone. Ordem do Estado-Maior da Armada. Para quem não conheça os procedimentos de comunicações navais é conveniente esclarecer que o VHF da ponte é um equipamento normalmente utilizado apenas para serviço portuário, comunicações com os pilotos, navios mercantes de passagem, etc. A sua utilização em linguagem clara pelo posto do Estado-Maior é absolutamente extremamente porânea.

Surpreso, o Comandante atende. E do outro lado, sem necessidade de códigos nem senhas, pois a nossa Armada é pequena, reconhece a voz do Comandante Malheiro Garcia, um oficial do Estado-Maior, que excitadamente lhe comunica que a fragata deve imediatamente abandonar a formação e regressar para a frente do Terreiro do Paço. Estas ordens irão ser confirmadas de viva voz pelo próprio Vice-Chefe do Estado-Maior, Almirante Jaime Lopes, e depois ratificadas por escrito...

Sem hesitações, o navio comunica ao Comandante da Força que a vai abandonar, dá meia volta e começa a subir o rio. Entretanto, o Almirante Jaime Lopes dá directamente as suas ordens ao microfone. A fragata deverá ocupar posição frente ao Terreiro do Paço a fim de intimidar uma força revoltosa do Exército que, incluindo blindados, está a ocupar aquela praça. E deverá mesmo preparar-se para abrir fogo!...

A «Gago Coutinho» alcança rapidamente a posição frente ao Terreiro do Paço e começa a evoluir a ~~alta~~ velocidade em meio do intenso tráfego fluvial. De bordo, distinguem-se efectivamente algumas forças militares na praça, mas sem indícios de agressividade. Mas o Comandante Louçã debate-se com uma falta de informação fundamental. Que se passa? Contra quem o mandaram agir? Em que sarilho o procuram meter? E que fazer se receber ordens mais perigosas que excedam a simples intimação?

Bastante mais tarde o Imediato ganha coragem e tenta informar o Comandante do que tem conhecimento do que se está a passar. Poderia tê-lo feito umas horas mais cedo? E teria sido evitado o incidente?

Talvez!... Mas o Com.<sup>te</sup> Louçã, absorvido pela manobra do navio, e naturalmente irritado por uma situação que não compreendia, nem o quis ouvir.

O aparecimento inesperado da fragata frente ao Terreiro do Paço, lança a consternação entre as forças militares que ocupam a praça. Naturalmente elas desconhecem que a «Gago Coutinho», cujo armamento principal é constituído por duas peças blindadas de 76mm, eficazes contra alvos navais ou aéreos mas pouco próprias para tiro contra alvos terrestres, é mais ameaçadora que perigosa.

E desconhecem também qual a intenção real do seu Comando. Será mesmo capaz de abrir fogo? E se o fizer, como ripostar, ou como agir?

Felizmente a situação evolui rapidamente. Os Ministérios rendem-se e os ministros rendem-se ou fogem. As forças enviadas para contrapor ao destacamento comandado por Salgueiro Maia rendem-se, ou aderem ao levantamento. E a fragata, depois de umas horas de evolução em frente ao Terreiro do Paço, acaba por fundear pacatamente em frente à praça e mais tarde regressar ao Alfeite. Não houve qualquer acção beligerante, nem sequer tentativa de acção. Mas o susto ficou. Esse susto vai acabar por custar caro ao Comandante Louçã!

Iniciado o rescaldo do 25 de Abril, começaram inevitavelmente os ajustes de contas, que são consequências naturais de todas as revoluções ou contra-revoluções. E as sanções recaem sempre mais sobre os que fizeram alguma coisa ou tomaram alguma atitude, do que sobre os que não fizeram nada. Escapam os oportunistas e os que docilmente se dobram, como as espigas do trigo à espera que passe o temporal.

As pressões dentro e fora da Marinha para que fosse sancionado o Comandante da fragata que tinha assustado os revolucionários do Terreiro do Paço foram poderosas. Mas o Almirante Pinheiro de Azevedo, que assumira entretanto o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, e que tinha muita consideração e amizade pelo Comandante Louçã, não estava muito pelos ajustes. Mandou entretanto levantar um inquérito ao então Comandante Naval do Continente, Comodoro Oliveira Neves.

Tive ocasião de eu próprio apreciar detalhadamente esse inquérito, pois o Pinheiro de Azevedo com a sua truculência característica, era incapaz de apreciar qualquer documento que tivesse mais de duas folhas, e pediu-me para o fazer em seu lugar. Assim fiz e tive que reconhecer

que era um inquérito feito sobre o Joelho, limitando-se à recolha de uns tantos depoimentos, nem todos, nem talvez os mais importantes, não esclarecendo as contradições registadas, nem apresentando análises e conclusões. Assim, entreguei-lhe uma informação escrita (pois o despacho final teria que ser necessariamente feito por ele) na qual, apesar de se ter passado tanto tempo, me recorde de ter escrito:

«Neste inquérito não se prova que o Comandante Seixas Louçã tenha agido como contra-revolucionário, nem se põe em causa o seu espírito democrata e anti-regime. Foi apenas vítima do azar das circunstâncias e talvez do seu mau feito.»

Desconheço qual o despacho final do Almirante Pinheiro de Azevedo, mas recorde-me que, depois de conversarmos sobre o assunto, concordámos que em face das circunstâncias o Comandante Seixas Louçã teria que ser exonerado de Comandante da fragata «Gago Coutinho» e aguardar em qualquer lugar discreto que a tempestade passasse, sem ser objecto de qualquer outra sanção. Isso mesmo comuniquei pessoalmente ao Comandante Louçã, perguntando-lhe se haveria qualquer lugar na Marinha para onde ele gostasse de ir.

Infelizmente o Comandante Louçã, desgostoso com o ambiente que lhe tinha sido criado e sentindo-se ofendido na sua dignidade, requereu em Maio de 1974 a sua passagem à Reserva. Interrompeu assim bruscamente, devido ao azar de um único dia, uma brilhante carreira militar e de marinheiro, em que soube conquistar o apreço, e muitas vezes a amizade, de todos que com ele serviram.



25 DE ABRIL DE 1974

## NRP «ALMIRANTE GAGO COUTINHO»

CALDEIRA DOS SANTOS  
Capitão-de-fragata Res.

FERREIRA DUARTE  
Capitão-de-fragata EMQ Res.

ALMEIDA MOURA  
Capitão-de-fragata AN

ALVES GASPAR  
Capitão-de-fragata M.

TEIXEIRA DE MELO  
Capitão-de-fragata ECN Res.

ANÍBAL TEIXEIRA  
Capitão-de-fragata SES Ref.

HELDER LOUREIRO  
Capitão-de-fragata SEC

O texto do Com.<sup>te</sup> Seixas Louçã põe em causa o Imediato e os oficiais que, em 25 de Abril de 1974, prestavam serviço a bordo do N.R.P. «Almirante Gago Coutinho».

Ao longo destes vinte anos, nenhum daqueles oficiais se manifestou, publicamente, sobre os acontecimentos vividos a bordo da fragata «Almirante Gago Coutinho» naquele dia. Prova disso é o facto de permanecerem anónimos, mesmo dentro da instituição que servem, a Marinha Portuguesa.

Não podem, no entanto, calar-se perante a insistência do Com.<sup>te</sup> Louçã, agora nos Anais do CMN em deturpar e omitir factos relevantes, caluniando os dez homens que constituíram a guarnição de oficiais da fragata «Almirante Gago Coutinho».

Ao elaborarmos este texto pretendemos apenas informar os leitores do CMN dos factos ocorridos a bordo do N.R.P. «Almirante Gago Coutinho» no dia 25 de Abril de 1974:

- Integrada numa força NATO, a fragata rumava à saída da barra quando foi mandada retroceder, abandonando a formatura e

colocando-se em frente do Terreiro do Paço. Esta ordem veio do Estado-Maior da Armada;

- O Imediato na asa da ponte de EB informa o Com.<sup>te</sup> do navio que a posição da Marinha para com o movimento é de neutralidade activa;
- O Almirante Jaime Lopes dá ordem ao Com.<sup>te</sup> do navio para abrir fogo sobre os tanques do Exército posicionados no Terreiro do Paço;
- O Com.<sup>te</sup> do navio não cumpre a ordem, alegando que estava muita gente no Terreiro do Paço e, também, que vários caciheiros se encontravam nas proximidades;
- O Com.<sup>te</sup> do navio recebe ordem para fazer fogo de salva;
- O Com.<sup>te</sup> do navio dá ordem ao Chefe do Serviço de Artilharia para fazer fogo de salva;
- O C. S. Artilharia recusa-se, chamando a atenção do Com.<sup>te</sup> do navio para o Imediato, que tinha algo a dizer;
- O Imediato reafirma a intenção dos oficiais se recusarem a abrir fogo, mesmo de salva;
- O Com.<sup>te</sup> do navio, em crescente histeria, exonera do seu cargo o Imediato. Os oficiais a seguir convidados a assumirem o cargo recusaram;
- Os oficiais mantêm-se, disciplinadamente, a cumprir as ordens do Com.<sup>te</sup>, excepto a de abrir fogo;
- Pelas 13H20 o Com.<sup>te</sup> reúne-se com os oficiais na câmara. Em cima da mesa coloca uma pasta de arquivo verde, onde se pôde ver inscrita a palavra «Revolução»;
- Após ter inquirido, um a um, todos os oficiais, começando pelo mais moderno, sobre se maninham a sua posição de recusa de abrir fogo, o Com.<sup>te</sup> do navio considerou todos os oficiais insubordinados;
- No final da reunião, que terminou antes da rendição do Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, no Quartel do Carmo, o Com.<sup>te</sup> do navio realçou explicitamente a necessidade de cada um de nós não se esquecer da posição que tinha assumido, pois ele não se esqueceria.



## A FRAGATA «ALMIRANTE GAGO COUTINHO» NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974

### O COMANDANTE E A GUARNIÇÃO

VÍTOR MANUEL TRIGUEIROS CRESPO

Contra-Almirante

Só a postura crítica, e até recriminatória, do Comandante Louçã relativamente à acção da Marinha no 25 de Abril me levaria a comentar o que escrevi neste número dos Anais. Não lhe reconheço qualquer autoridade para o fazer, não só pela sua intervenção naquele acontecimento histórico, como pelo desconhecimento que ainda hoje parece ter do que então se passou.

Por respeito ao camarada mais velho e à imagem de homem de oposição atribuída ao Comandante Louçã, que de resto manteve uma atitude discreta ao longo destes vinte anos, silencieei até hoje certos factos. Porém agora, face à veemência da sua intervenção e à incorrecção com que vem tratando o assunto em diversos locais, considero não poder deixar de os divulgar para completo esclarecimento do que ocorreu na fragata «Gago Coutinho».

Durante a preparação do 25 de Abril propus aos oficiais da fragata pertencentes ao Movimento que convidassem o comandante a aderir, mas eles recusaram veementemente com fundamento no seu estilo de comando e no conhecimento que dele tinham. Pensavam que não aceitaria e, mais importante, que seria arriscado para a segurança do Movimento transmitir-lhe informações. Bem ou mal, foi neste quadro de relações entre o comando e os oficiais, aliás comum a muitas outras unidades do Exército e da Armada antes do 25 de Abril, que a «Gago Coutinho» acabou por participar no Movimento.

O navio, embora importante por estar operacional e se prever que estivesse a navegar na manhã do dia 25, não foi considerado ameaça grave por ter a bordo oficiais ligados ao MFA através do imediato, capazes de intervir na altura própria para assegurar, pelo menos, a não hostilidade ao Movimento. Para melhor garantia dessa ligação foram asseguradas comunicações entre o PC da Doutrina onde eu trabalhava e

encontrava e o navio, através do Centro de Comunicações da Armada e da Esquadilha de Submarinos.

Vejamos agora o essencial da acção.

Como estava previsto, na manhã de 25 o navio largou da Base para participar nas manobras da NATO, e quando passou em frente do Terreiro do Paço era bem visível que já lá estavam as forças do MFA, Movimento que àquela hora tinha já sido largamente divulgado pelas rádios. Foi nessa altura que o imediato informou lealmente o Comandante de que a Marinha havia assumido um compromisso de neutralidade activa para com o Movimento das Forças Armadas. Pouco tempo depois, navegando em frente da zona Belém/Algés integrado na força naval que ia executar o exercício DOWN PATROL, o navio recebeu ordens para voltar para trás e ir para defronte do Terreiro do Paço a fim de enfrentar os revoltosos.

Ao obedecer a estas ordens do Estado-Maior da Armada, colocando o navio mesmo em frente das forças do Exército, o Comandante Louçã, objectivamente, optou por alinhar com o Governo contra o Movimento. Mas o seu comportamento foi a seguir mais explícito quando ao receber ordem do Estado-Maior para fazer fogo de salva, mandou cumprir a ordem ignorando que não havia essas munições e procurando depois fazê-lo com munições de exercício. Face a essa atitude, foi informado pelo imediato de que a guarnição não faria fogo contra as forças do Movimento.

A informação sobre a ordem dada ao navio para enfrentar os revoltosos foi imediatamente transmitida do Centro de Comunicações, onde estava o comandante Contreiras, para o PC da Pontinha e deste às forças do Terreiro do Paço. Como se esperava que o navio não interferisse com a acção do Movimento, o facto de ter navegado para a frente do Terreiro do Paço cumprindo as ordens do Estado-Maior foi motivo de forte preocupação no Posto de Comando e sinal de que qualquer coisa não estava a correr bem a bordo (quando e onde, é sinal de paz pôr as peças na máxima elevação?). Nas forças do Exército o navio foi mesmo considerado hostil e preparavam-se por isso para lhe fazer fogo (e não estava em posto de combate!) O assunto só ficou esclarecido e a vontade de lhe fazer fogo por parte das forças do Exército só acalmou quando entrámos em contacto directo com o imediato da fragata, o então 1.º-Tenente Caldeira Ferreira dos Santos que nos contou o que se passou a bordo e nos garantiu que a guarnição do navio não actua-

ria contra o Movimento. Dado que continuava a evoluir em elevada velocidade no local, e com as peças em máxima elevação, foi-lhe transmitida do PC da Pontinha ordem para baixar as peças (era um sinal visível para as tropas do Terreiro do Paço que ainda não estavam muito seguras das intenções do navio) e seguir para o mar. Esta ordem, vinda do Posto de Comando do MFA e comunicada pelo imediato ao Comandante Louçã não foi cumprida, tendo nessa altura destituído o imediato de funções e mantido a mesma atitude. Face à garantia transmitida do PC da Pontinha de que a fragata não constituía risco, as forças do Movimento partiram então para outros objectivos uma vez alcançados os que as levaram ao Terreiro do Paço.

De que lado esteve o Comandante Louçã, qual foi a sua postura? Objectivamente, do lado do governo ao cumprir a ordem de afrontar os carros que estavam no Terreiro do Paço e que sabia serem revoltosos. E que dizer da ordem de fogo que chegou a dar (mesmo que de salva!!!). Não teria desencadeado nas Forças do MFA uma reacção de consequências no mínimo imprevisíveis? Mas se, num gesto sempre pouco digno, optou por manter a aparência de estar a cumprir as ordens não tencionando fazê-lo — intenção que não comunicou a ninguém — a sua atitude não é substancialmente diferente. Em revoluções e perante o facto consumado, quem não toma partido é a favor do governo, foi esse um dos motivos que mais contribuiu para que tivesse falhado a maioria das anteriores tentativas para derrubar o Estado Novo.

Somos militares, e por isso não condenaremos os militares que cumprem as ordens que recebem dos seus superiores hierárquicos. Se o Comandante Louçã, só por isso o fez, que o assuma frontalmente e jamais diremos uma palavra sobre o assunto.

Não podemos porém ficar indiferentes quando, sem qualquer fundamento, vimos confundir e deslustrar a acção dos oficiais do MFA da fragata «Gago Coutinho» e da guarnição que se lhe associou. Foi devido à sua organização, coragem e determinação, mesmo sabendo correr riscos, que foi evitado o desencadear de uma acção de consequências imprevisíveis para o resultado do 25 de Abril. E não podemos aceitar também que a pretexto de eventuais angústias do Comandante Louçã por ter participado na Revolução do lado errado, seja desfigurada e apoucada a acção da Marinha no 25 de Abril, nas próprias páginas dos

*Anais do Clube Militar Naval.*

# OS ANNAES

# HÁ 100 ANOS

Por F. C.

## ACQUIÇÃO DE MATERIAL NAVAL

Foi atendida pelo governo a impreterível necessidade de augmentar o nosso definhado material naval. O projecto de lei apresentado ao parlamento em Outubro findo destina a esse fim 12:000 contos de réis, em series annuaes de 2:000 contos de réis obtidos por meio de emprestimo, ao pagamento do qual e respectivos juros poderá ser consignado o rendimento aduaneiro das provincias de Angola. Moçambique e S. Thomé e Príncipe na proporção das suas receitas. Tambem os 500 contos de réis destinados actualmente no orçamento da metropole para auxilio das despesas d'daquellas provincias serão applicados à aquisição de material naval quando as condições das finanças ultramarinas permittam distrahir-los da actual applicação.

Os 12:000 contos de réis são destinados não só a adquirir material novo, como á reparação e reconstrução do material existente, transferencia para o sul do Tejo da fabrica do arsenal de marinha, complemento do posto de torpedos e aquisição de material de guerra para as colonias.

(...) Ficaria a nossa armada, portanto, no fim de seis anos, com:

— 6 couraçados, alem do Vasco da Gama;

— 20 torpedeiros, e 20 caças submarinos.